



**SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO
ESTADO DE SÃO PAULO**

AV. LEONARDO DA VINCE, 1276 – CEP 04313-001 – FONE: (0xx11) 5011-3853

FAX: (0xx11) 5011 – 3529 SÃO PAULO – SP

E-mail: presidente@sidcivil-sp.com.br Site: www.sidcivil-sp.com.br

Pela presente faço saber a todas as empresas associadas e vinculadas ao SINDICON-SP – Sindicato da Indústria da Construção Civil de Pequenas Estruturas no Estado de São Paulo, ou seja, toda categoria da Indústria da Construção Civil de Pequenas Estruturas, (Engenharia Consultiva e Montagem Industrial) representada pelo SINDICON-SP, que no dia 24 de Abril de 2012, as 9:00 horas na Avenida Esmeralda, 2751 na cidade de Marília no estado de São Paulo, será realizada uma Assembléia Geral que permanecerá instalada até as 16:00 horas do dia 30 de Abril de 2012, para deliberar as seguintes pautas: 1) Eleição da Comissão de Negociação Coletiva para mandato de 30/04/2012 até 30/04/2013. 2) Delegação de poderes e limites a Comissão de Negociação Coletiva pela Assembléia Geral para apresentar proposta ou contraproposta nas negociações coletivas com as entidades dos trabalhadores, visando a celebração de Convenção, acordo ou propor e responder processos de Dissídio Coletivo para vigência do dia 1 de Maio de 2012 até 30/04/2013. 3) Fixar os valores e os vencimentos para as taxas retributivas / assistenciais para serem cobradas da categoria nos meses de Maio e Setembro de 2012 e Janeiro de 2013. 4) Apreciação pela Assembléia Geral da pauta de reivindicações apresentada pelas empresas da cidade de Marília e Região no estado de São Paulo. O presente Edital será publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo edição do dia 17/04/2012 e será afixado na sede do SINDICON-SP em local de costume e disponibilizado em nosso site www.sidcivil-sp.com.br . As empresas participarão da Assembléia Geral comparecendo através de seus representantes ou poderão enviar suas propostas que serão recebidas e consideradas cada uma como sendo um voto desde que as mesmas cheguem à secretaria do SINDICON-SP ate as 17:00 horas do dia 30/04/2012, as propostas poderão ser enviadas para secretaria do SINDICON-SP através do nosso fax: (0xx11) 5011-3529 , E-mail: presidente@sidcivil-sp.com.br ; desde logo fica ciente toda categoria que as decisões tomadas na referida Assembléia Geral serão de caráter definitivo e alcançará todas as empresas integrantes da categoria independente de serem associadas ou somente vinculadas ao SINDICON-SP; independente ainda de estarem presente ou não na Assembléia Geral ou não terem enviado suas propostas. Assim a presença das empresas ou suas propostas são imprescindíveis. São Paulo 12 de Abril de 2012. José Antonio de Lima – Presidente.

...CONTINUAÇÃO

4.21. Dívidas Habitacionais do Passivo Não Circulante:

4.21.1. O valor de R\$ 749.993.872,46 representa as obrigações de retorno do Sistema Habitacional e registra a parte de longo prazo dos valores dos empréstimos vinculados ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH), e outras verbas congêneres, destinadas à construção de conjuntos habitacionais, p/repasse aos mutuários finais, através do agente COHAB BAURU. Vide Notas 3.5, 3.5.1. **4.21.2.** O valor de R\$ 6.164.691,69 representa a conta de valores devidos a título de Bônus (Decreto-Lei 2164/84), concedidos proporcionalmente aos valores das prestações mensais vencidas, e efetivamente pagas - de 1º/10/84 a 30/9/85 - aos mutuários em dia c/as obrigações contratuais. Os bônus foram emitidos pelos Agentes Financeiros e os valores transformaram-se em crédito junto ao antigo BNH, p/resgate no prazo máximo de 5 anos a contar de Jan/86; em parcelas mensais c/ juros remuneratórios limitados a 7% ao ano; acrescidos de correção monetária trimestral de acordo c/a variação da UPC. Com o propósito de não prejudicar as operações de crédito já contratadas, cujo retorno poderia ficar inviabilizado c/o ônus da emissão dos bônus habitacionais pelos Agentes Financeiros, sem o devido lastro financeiro, o BNH c/base no que estabelecia o subitem 1.4.2 da Res. Dir. 19/84, concedeu adiantamentos aos Agentes, por conta do futuro resgate dos bônus utilizados. Os valores dos Bônus Habitacionais foram registrados na contabilidade, como obrigações, e são atualizados mensalmente pela variação da UPF mais juros.

| Empréstimos Habitacionais - Retorno | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
|--------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Empréstimos da CEF - Fase de Retorno | 749.993.872,46 | 719.231.330,10 |
| Credores por Recursos Vinculados | 6.164.691,69 | 5.743.810,71 |
| Totais | 756.158.564,15 | 724.975.140,81 |

4.22. Contingências, Provisões e Ações Judiciais: Grupo de contas utilizadas na constituição de Provisões p/Perdas c/Ações Judiciais, sendo que no transcorrer do exercício de 2010 a Provisão passou a ser constituída em função da possibilidade de Perda, conf. julgamento do Depto. Jurídico da Cia. emitido através de relatórios. Existem ações judiciais impetradas contra e pela COHAB/BAURU, em fase de andamento processual de 1ª, e 2ª instâncias, cíveis e tributárias nos foros: Federal e Estadual, das quais a Adm. constituiu provisão contábil, onde os processos se encontram pendentes de julgamento, sujeitos às incertezas circunstanciais e processuais.

| Provisões Legais | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
|---|----------------------|----------------------|
| Provisão para Contencioso Trabalhista | 628.700,28 | 853.841,73 |
| Provisão Perdas Ações Judiciais/Contratos/Acordos | 6.469.024,02 | 6.469.024,02 |
| Provisão Perdas Ações Mutuários Contra COHAB | 11.211.583,00 | 11.211.583,00 |
| Prov. Perdas Ações Fiscais contra COHAB | 1.821.283,56 | 1.821.283,56 |
| Totais | 20.130.590,86 | 20.355.732,31 |

Permanecem os efeitos em relação aos mutuários pertencentes ao Conjunto Habitacional de Bebedouro - Residencial Franciscano que promoveram Ação Civil Pública na Procuradoria Judicial de Bebedouro, contra a Cia., que então efetuou - 30/6/08 - um procedimento global de evolução do saldo devedor retroativo de todos os contratos daquele conjunto; onde os novos valores apurados como saldos residuais e de parcelas foram sobrepostos no sistema GCI, gerando redução na carteira de recebimentos, em 2008, de R\$ 5.439.954,26. A Cia. deixou de criar provisão em relação às ações promovidas por construtoras por contrato de empreitada global de seus conjuntos habitacionais que reclamam - na Justiça Federal - diferenças advindas do atraso no desmolso e quitação das parcelas contratuais na época de grande mutação inflacionária, nas quais a Cia. chamou, por solidariedade, a CEF a lide pelo motivo de que tais atrasos somente ocorreram

por ter havido atraso - por parte da CEF - no cumprimento do cronograma financeiro, onde os processos, que já passaram pela fase pericial pendem de decisão do Tribunal, o que ocasiona incerteza quanto à decisão e valoração; sendo que o assunto está sendo objeto de negociação c/as construtoras e a CEF; inclusive quanto à decisão da Justiça Estadual de um dos casos, que está com o andamento sobrestado a pedido da autora. Vide Notas 4.6, e 4.20. **4.23. Outras Dívidas Fiscais: IRPJ e Contribuição Social Incidentes sobre Reavaliação - R\$ 300.546,97.** Saldo de tributos incidentes sobre reavaliação que estão sendo realizados a cada exercício.

| Outras Dívidas Fiscais | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
|--|-------------------|-------------------|
| Parcelamento de Débitos | - | 181.432,62 |
| Imp. Renda e Contrib. Social Reav. Diferidos | 300.546,97 | 362.171,71 |
| Totais | 300.546,97 | 543.604,33 |

4.24. Outros Valores Exigíveis de Longo Prazo: Trata de cauções de conjuntos habitacionais retidos sobre os valores pagos no faturamento p/as Construtoras Schaim Cury, Cojan Engenharia Ltda. e Almeida Marin em relação à conjuntos habitacionais BAURU XVIII e XVII, as quais entregaram as obras entre os anos de 1988 e 1990. Os valores foram retidos por ter sido instaurada, em 3/10/95, uma Ação Civil Pública - Processo 1786/95 - por parte dos mutuários contra as construtoras em função de ter havido problemas nas construções não sanados pelas construtoras, o qual permanece em fase de recurso no TRF3.

| Outros Valores Longo Prazo | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
|--------------------------------------|---------------------|---------------------|
| Outros Valores Exigíveis Longo Prazo | 1.585.060,07 | 1.474.466,28 |
| Total | 1.585.060,07 | 1.474.466,28 |

4.25. Resultados de Exercícios Futuros: Trata de Juros contratuais de conjuntos habitacionais no valor de R\$ 232.681,65, e Receitas Futuras a receber da EMDURB MARILIA (condenada em Ação de Desapropriação), pendendo o valor de R\$ 1.073.578,47, e reconhecimento de resultados à medida do efetivo recebimento.

| Resultado Exercício Futuro | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
|----------------------------|---------------------|---------------------|
| Receitas Diferidas | 1.337.114,32 | 1.306.260,12 |
| Total | 1.337.114,32 | 1.306.260,12 |

4.26. Patrimônio Líquido - 4.26.1. Capital social: O Capital atual da Cia. é de R\$ 4.500.000,00, totalmente subscrito e Integralizado é representado por ações ordinárias e nominativas sem valor nominal, com participação majoritária da Prefeitura Municipal de Bauru.

| Passivo a Descoberto | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
|-------------------------------|--------------|--------------|
| Capital Subscrito e Realizado | 4.500.000,00 | 4.500.000,00 |

Reservas de Capital
Res. p/Participação em Incentivos Fiscais 16.591,74 16.591,74

Ajuste de Avaliação Patrimonial

| | | |
|--|---------------------|---------------------|
| Reserva de Reavaliação de Edificações | 937.613,14 | 1.121.681,74 |
| Reserva de Reavaliação de Terrenos | 8.288.466,08 | 8.679.589,85 |
| (-) Impostos s/ Reavaliações | (300.546,97) | (362.171,71) |
| Total das Reservas de Reavaliação | 8.925.532,25 | 9.439.099,88 |

Reservas de Lucros: Reserva Legal 69.101,29 69.101,29

Prejuízos Acumulados
De Exercícios Anteriores (52.351.812,76) (30.471.255,80)
Do Exercício Corrente (18.147.467,91) (22.394.124,59)
Ajuste de Exercícios Anteriores 36.242,96

| | | |
|---------------------------------------|------------------------|------------------------|
| Total dos Prejuízos Acumulados | (70.463.037,71) | (52.865.380,39) |
| Total do Passivo a Descoberto | (56.951.812,43) | (38.840.587,48) |

4.26.2. Passivo a Descoberto: A composição do Patrimônio Líquido da Cia. em 31/12/2011 apresentou saldo do Passivo a Descoberto onde a variação ocorrida refere-se, principalmente, à apropriação dos Juros de Mora; conhecidos também como Taxa de Impontualidade, devidos à CEF pelo

atraso no resgate (Retorno) dos Empréstimos Habitacionais decursados, os quais estão em fase de renegociação. Muito embora tenha existido a dispensa, por parte da CEF, no passado, em outras renegociações, isentando a Cia., de parte da Taxa de Impontualidade, e exista ainda a mesma possibilidade nas negociações em andamento - já arguida nas atuais negociações; a Cia. decidiu, ouvindo o parecer da área jurídica e a recomendação dos auditores independentes, prover o registro das verbas pontuais. **4.27. Cobertura de Seguros:** A Cia. contratou seguros para proteção de seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos a que estejam expostos, observando-se os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica, em montantes considerados suficientes para a cobertura dos riscos envolvidos. **4.28. Receitas do Exercício:** A Cia. está mantendo sua capacidade operacional de gerar receitas:

| Receita de Atividades Operacionais | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
|------------------------------------|----------------------|----------------------|
| Receitas Financeiras | 13.366.353,72 | 12.687.641,71 |
| Receitas de Comercialização | 244.530,00 | 762.265,01 |
| Receitas na Gestão de Créditos | 1.062.053,40 | 1.072.356,35 |
| Variações Monetárias Ativas | 45.903.944,85 | 42.220.435,78 |
| Reversão de Provisões | 225.141,45 | 11.466.376,15 |
| Total das Receitas | 60.802.023,42 | 68.209.075,00 |

4.29. Despesas de Atividades Operacionais: As Despesas de Atividades Operacionais foram sobrecarregadas no exercício em função da Taxa de Impontualidade dos contratos decursados em fase de renegociação:

| Despesas de Atividades Operacionais | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
|-------------------------------------|----------------------|----------------------|
| Despesas Financeiras | 59.420.449,92 | 63.471.985,88 |
| Despesas de Comercialização | 2.432.653,60 | 2.003.245,45 |
| Despesas na Gestão de Crédito | 834.472,25 | 713.255,43 |
| Variações Monetárias Passivas | 9.444.774,77 | 16.680.840,57 |
| Total | 72.132.350,54 | 82.869.327,33 |

4.30. Despesas Administrativas do Exercício: A Cia. conseguiu reduzir seu custo administrativo no exercício:

| Despesas Administrativas | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
|---------------------------------------|---------------------|---------------------|
| Despesas de Pessoal | 4.299.297,31 | 3.965.944,98 |
| Despesas com Encargos Sociais | 1.303.635,56 | 1.722.337,46 |
| Despesas com Serviços de Terceiros | 1.084.201,50 | 1.062.830,61 |
| Despesas com Materiais | 77.610,66 | 77.096,61 |
| Despesas com Encargos Diversos | 514.169,35 | 530.035,49 |
| Total Despesas Administrativas | 7.278.914,38 | 7.358.245,15 |

4.31. Resultado Líquido do Exercício Ajustado: O Resultado Líquido do Exercício Ajustado pela exclusão da Taxa de Impontualidade apresenta um saldo credor (Lucro Líquido) na ordem:


| Resultado Líquido do Período | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
|---|-------------------|----------------------|
| Resultado Líquido | (18.147.467,91) | (22.394.124,59) |
| Taxa de Impontualidade | 18.393.617,28 | 35.161.132,53 |
| Resultado Líquido Ajustado (Lucro) | 246.149,37 | 12.767.007,94 |

5. Outras Divulgações. 5.1. Prejuízos fiscais: De acordo c/a legislação fiscal atual, a Cia. possui prejuízos fiscais p/compensação futura, posicionados em 31/12/2011, com o imposto de renda pessoa jurídica, no valor de R\$ 93.687.642,19, Base Negativa da CSL no valor de R\$ 94.124.168,92. **5.2. Sistema de Gestão de Mutuários e Banco de Índices:** A Cia. adotou novo sistema para gerenciar seus Créditos Imobiliários conhecido como GCI Gráfico, ainda em fase de implantação e treinamento operacional, o qual possui características aperfeiçoadas na gestão dos créditos imobiliários, para continuidade nas rotinas de depuração operacional, e consolidação de informações e saldos, o qual utiliza o banco de índices imposto pelas leis vigentes e decisões em processos judiciais.

| Edison Bastos Gasparini Junior - Diretor Presidente | Paulo Sérgio Gobbi - Diretor Administrativo / Financeiro | Rosângela T. Vallino - Contadora CRC 1 SP 139053/O-2 |
|--|--|--|
| Parecer do Conselho Fiscal Nós, membros do Conselho Fiscal da COHAB-BAURU, abaixo assinados, tendo examinado o Balanco Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício , levantados com base nas NBC's e Princípios | Fundamentais de Contabilidade; e com base no Relatório dos Auditores Independentes, consideramos regular a prestação de contas do exercício adotando a opinião expressa no capítulo Opinião das conclusões do Relatório dos Auditores Independentes. Assim, adotando os assuntos já | apontados nas Notas Explicativas e no citado Relatório , sugerimos a aprovação pela A.G.O. dos Senhores Acionistas. Bauru/SP, 16/4/2012. Gilberto Aparecido Paisan José Fernando Fontes - Eduardo Abrantes Valerio |

| Relatório dos Auditores Independentes | | |
|---|---|---|
| Ilmos. Srs. Diretores e Acionistas da COHAB Cia. de Habitação Popular de Bauru - Bauru/SP. Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas da COHAB Cia. de Habitação Popular de Bauru (Cia.) , que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31/12/2011 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis consolidadas: A Administração da Cia. é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cia.. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em | conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Base para opinião: 1. As contas que envolvem o Seguro Habitacional (NE 3.6, 4.4, e 4.18): Prêmios de Seguro a Pagar, que monta em 31/12/2011 a importância de R\$ 92.749.506,14, e Indenizações a Receber da Seguradora - valores que a Seguradora deve à Cia. pelas indenizações represas que monta em 31/12/2011 a importância de R\$ 55.336.705,65. Ambos saldos apresentam inconsistências em função da adoção de índices evolutivos e a existência de datas e valores inconsistentes que influenciam os saldos; em valores não mensuráveis. A Cia. está promovendo rotinas de reevolução e batimento dos saldos dos processos de seguro pendentes para em seguida promover o encontro de saldos entre os valores ativos e passivos e a repactuação do eventual saldo passivo. Não foi possível a confirmação externa dos saldos por a Seguradora não ter respondido à circularização até a data do presente relatório. 2. Os saldos das contas do FCVS - ativos e passivos - continuam dentro dos procedimentos normais de revisão e homologação de cobertura do FCVS, bem como da interposição de recursos pela Cia, onde a CEF emite relatórios onde desconta e ajusta os débitos antigos, gerando alteração automática nos saldos de estoques do FCVS que são ajustados pela Cia. ao proceder aos registros mensais por totalizações. Os valores são documentados através dos relatórios analíticos emitidos pela CEF em valores que não são passíveis de mensuração futura por sofrerem alterações mensais. A Cia. continua com as rotinas de revisão desses processos, em relação a cobertura, descontos concedidos, e ressarcimento, visando a eliminação de inconformidades relativas aos antigos procedimentos nos processos de concessão de descontos na transferência por sub-rogação. As diferenças são apontadas mensalmente pela CEF, e em seguida conferidas pela Cia., que de imediato promove os ajustes ou recursos necessários. As importâncias, por dependerem de informação externa, e de providências futuras e critérios aplicados pela CEF, bem como da falta de resposta à circularização, não são passíveis de mensuração. (NE 3.14, 3.15, 4.12, 4.19). A Cia. possuía registrado em suas Demonstrações Financeiras, em 31.12.2011, amparado por relatório analítico interno, um saldo a receber do FCVS de R\$ 402.107.083,66, e uma dívida de contribuições trimestrais que serão motivo de encontro de contas de R\$ 19.545.544,71. 3. Persiste sem | definição jurídica o inquérito (NE 4.22) instaurado a pedido de mutuários na Proc. Judicial de Bebedouro que provocou em 30.06.08 um procedimento de evolução do saldo devedor retroativo dos contratos pertencentes ao Conj. Habit. Residencial Franciscano, onde os novos valores apurados de saldos residuais e parcelas foram sobrepostos no sistema GCI, reduzindo a carteira de recebimentos (no exercício 2008) em R\$ 5.439.954,26. A Cia, considerando negociações e responsabilidade solidária da CEF, não realizou provisão para perdas com ações judiciais de processos das construtoras, pendente de decisão do Tribunal (NE 4.22) pelo motivo, julgada por ela - através de aconselhamento jurídico - de ser impossível de mensuração, por não conhecer a decisão no mérito e no aspecto financeiro. Até data do presente relatório os seus advogados não responderam à circularização. 5. O Sistema "Gerenciador de Créditos Imobiliários - GCI" utilizado para gerenciamento dos créditos a receber dos mutuários está migrando para o GCI Gráfico com aperfeiçoamentos visando à consistência dos dados. Seus efeitos não são passíveis de mensuração pela fase de implantação, e a revisão das múltiplas taxas e índices que são aplicados individualmente aos contratos. Assim não foi possível realizar a revisão dos bancos de índices do sistema. 6. A Cia. avaliou o CPC 12 - Ajuste a Valor Presente - AVP (contas de Devedores por Vendas Compromissadas e dos Financiamentos Imobiliários em fase de retorno à CEF), representativos dos saldos das Carteiras Habitacionais com vencimentos a partir de 360 dias, e julgaram a norma não ser aplicável. As carteiras constam da exceção da CPC 12 (NE 3.13). Opinião: Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, exceto em relação aos pontos e ajustes 1 à 6 supra que afirmamos nossa opinião, a posição patrimonial e financeira da COHAB Cia. de Habitação Popular de Bauru em 31/12/2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Lins/SP, 02 de abril de 2012. WRM Auditoria e Consultoria Ltda. - CRC (SP) sob nº 2SP017965/O-0 Walmir da Rocha Melges - Contador - CRC 1SP072333/O-6 - Ibracon 0430. Auditônica Auditores Independentes - CRC (SP) sob nº 2SP 024.981/O-4 - CVM nº AD 11.037; Mauro Morgan de Aguiar - Contador CRC nº 1SP053.458/O-8 - IBRACON 3317. |

Pela presente faço saber a todas as empresas associadas e vinculadas ao **SINDICON-SP - Sindicato da Indústria da Construção Civil de Pequenas Estruturas no Estado de São Paulo**, ou seja, toda categoria da Indústria da Construção Civil de Pequenas Estruturas, (Engenharia Consultiva e Montagem Industrial) representada pelo SINDICON-SP, que no dia 24 de Abril de 2012, as 9:00 horas na Avenida Esmeralda, 2751 na cidade de Marília no estado de São Paulo, será realizada uma Assembleia Geral que permanecerá instalada até as 16:00 horas do dia 30 de Abril de 2012, para deliberar as seguintes pautas: 1) Eleição da Comissão de Negociação Coletiva para mandato de 30/04/2012 até 30/04/2013. 2) Delegação de poderes e limites a Comissão de Negociação Coletiva pela Assembleia Geral para apresentar proposta ou contraproposta nas negociações coletivas com as entidades dos trabalhadores, visando a celebração de Convenção, acordo ou propor e responder processos de Dissídio Coletivo para vigência do dia 1 de Maio de 2012 até 30/04/2013. 3) Fixar os valores e os vencimentos para as taxas retributivas / assistenciais para serem cobradas da categoria nos meses de Maio e Setembro de 2012 e Janeiro de 2013. 4) Apreciação pela Assembleia Geral da pauta de reivindicações apresentada pelas empresas da cidade de Marília e Região no estado de São Paulo. O presente Edital será publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo edição do dia 17/04/2012 e será afixado na sede do SINDICON-SP em local de costume e disponibilizado em nosso site www.sidcivil-sp.com.br. As empresas participarão da Assembleia Geral comparecendo através de seus representantes ou poderão enviar suas propostas que serão recebidas e consideradas cada uma como sendo um voto desde que as mesmas cheguem à secretaria do SINDICON-SP até as 17:00 horas do dia 30/04/2012, as propostas poderão ser enviadas para secretaria do SINDICON-SP através do nosso fax: (0xx11) 5011-3529, E-mail: presidente@sidcivil-sp.com.br; desde logo fica ciente toda categoria que as decisões tomadas na referida Assembleia Geral serão de caráter definitivo e alcançarão todas as empresas integrantes da categoria independente de serem associadas ou somente vinculadas ao SINDICON-SP; independente ainda de estarem presente ou não na Assembleia Geral ou não terem enviado suas propostas. Assim a presença das empresas ou suas propostas são imprescindíveis. São Paulo 12 de Abril de 2012. José Antonio de Lima - Presidente.



NET Serviços de Comunicação S.A.

CNPJ/MF nº 00.108.786/0001-65 - NIRE 35.300.177.240 - Cia. Aberta
Rua Verbo Divino nº 1.356 - 1º andar, São Paulo-SP

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam os senhores acionistas da NET Serviços de Comunicação S.A. ("Companhia") convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a realizar-se no dia 30 de abril de 2012, às 11 horas, na sede social da Companhia, situada na Rua Verbo Divino, nº 1.356, 1º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia:** (i) tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2011; (iii) eleger os membros do Conselho de Administração, bem como deliberar sobre a remuneração dos Administradores da Companhia para o exercício de 2012; e (iv) eleger os membros do Conselho Fiscal e fixar sua remuneração. O percentual mínimo para adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento) do capital votante, nos termos da Instrução CVM nº 165/91, e alterações posteriores. A Companhia informa que se encontra à disposição dos Senhores acionistas, em sua sede, no seu site de Relações com Investidores (<http://ri.net.servicos.com.br>) e no site da CVM (www.cvm.gov.br), toda documentação pertinente às matérias que serão deliberadas na AGO, conforme Lei nº 6.404/76 e Instruções CVM nºs. 480/09 e 481/09. Os acionistas participantes da Custódia Funcional de Ações Nominativas da Bolsa de Valores que desejarem participar desta AGO deverão apresentar extrato emitido até 26 de abril de 2012, contendo sua participação acionária, fornecido pelo órgão custodiante. Os acionistas que forem representados na AGO por procurador deverão observar o disposto no art. 126 da Lei nº 6.404/76. São Paulo-SP, 13 de abril de 2012.

José Antônio Guaraldi Félix - Conselheiro de Administração
(13, 14 e 17/04/2012)

VANGUARDA AGRO S.A.

CNPJ nº05.799.312/0001-20-NIRE 35.300.380.657 (Cia. Aberta)

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam os Srs. Acionistas da **Vanguarda Agro S.A.** S.A. de capital aberto, com sede na Cidade de SP/SP, na Av. Brig. Faria Lima nº 1.461, Torre Sul, 4º andar, Pinheiros, CEP: 01452-921, convidados para a A.G.O. da Cia., que se realizará no dia 30/04/2012, às 15h, na sede social da Cia., a fim de deliberarem sobre os seguintes assuntos: (a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Dem. Financeiras, bem como o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social findo em 31/12/2011, aprovadas pelo Cons. de Adm. e pelo Cons. Fiscal da Cia. em reuniões realizadas em 29/03/2012; (b) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2011 e distribuição de dividendos, se houver; (c) Eleger os membros do Cons. de Adm. da Cia.; (d) Fixar a remuneração anual global dos membros da adm. para o exercício social de 2012; e (e) Alterar os Jornais das publicações previstas em lei da Cia.. **Disposições Gerais:** (i) Em conformidade com a disposição do art. 133 da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A.") e da Instrução CVM nº 481/09, encontram-se à disposição dos acionistas, desde o dia 30/03/2012, na sede social da Cia., bem como nos websites da Cia. (www.v-agro.com.br/ri) e da CVM (www.cvm.gov.br), os documentos pertinentes às deliberações objeto da A.G.O.; (ii) Os acionistas da Cia. deverão depositar, com 72h de antecedência, na sede da Cia., os seguintes documentos: (a) documento de identidade, (b) comprovante da respectiva posição acionária, expedido pela instituição depositária, e (c) na hipótese de representação do acionista, o respectivo instrumento de procuração formalizado nos termos da lei; (iii) A representação do acionista mencionada no item (ii) (c) acima, deverá ser precedida de depósito do respectivo instrumento de procuração (cuja minuta encontra-se no Manual de Assembleia, disponível na website da Cia., www.v-agro.com.br/ri), podendo, ainda, ser enviada por e-mail para ri@v-agro.com.br. Os originais dos documentos referidos, ou suas cópias, dispensada a autenticação e o reconhecimento de firma, deverão ser exibidos à Cia. até o momento da abertura dos trabalhos da respectiva A.G.O.; e (iv) Nos termos do art. 141 da Lei das S.A. e da Instrução CVM nº 165/91, informa-se que acionistas representando, no mínimo, 5% do capital votante da Cia. poderão requerer a adoção do processo de voto múltiplo para eleição de membros do Cons. de Administração. SP, 13/04/2012. **Katia Martins Costa** - Presidente do Cons. de Administração